

ETNOFILOSOFIA AMERÍNDIA: LEITURAS DE MUNDO E PRÁTICAS FILOSÓFICAS

Marília moreira Lima ¹
Maria Sonia Taveira de Andrade ²

RESUMO

O presente trabalho aborda a etnofilosofia ameríndia como um campo de pensamento que transcende os paradigmas epistemológicos ocidentais, enfatizando a experiência, a oralidade e a conexão com a natureza como formas legítimas de conhecimento. Explora-se a filosofia indígena como uma prática coletiva e ancestral, construída por meio de mitos, rituais e relações simbólicas com o ambiente. Além disso, discute-se a importância de incorporar essas perspectivas no ensino de Filosofia no Ensino Médio, destacando a Lei 11.645/08 como um marco para a valorização das epistemologias indígenas no currículo escolar. No contexto da Escola Estadual de Educação Profissional Alfredo Nunes de Melo, em Acopiara-CE, propõe-se a utilização de autores como Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Kaká Werá Jecupé, além de práticas pedagógicas que promovam o questionamento, o diálogo intercultural e o reconhecimento das narrativas dos povos indígenas, como construtores de práticas filosóficas. A etnofilosofia ameríndia, ao ser integrada ao ensino, contribui para uma educação contracolonial, fortalecendo o respeito à diversidade cultural e promovendo a equidade racial.

Palavras-chave: Etnofilosofia ameríndia, Epistemologias, Educação contracolonial, Filosofia, Lei 11.645/08.

INTRODUÇÃO

A etnofilosofia ameríndia emerge como um campo de reflexão que desafia a centralidade da razão ocidental e propõe um modo outro de pensar e existir. Ela se constitui a partir de práticas simbólicas, espirituais e coletivas que vinculam o ser humano à terra, aos rios, às montanhas e a todas as formas de vida. Nessa perspectiva, o pensamento indígena não se limita à abstração racional, mas nasce da experiência viva com o mundo e do diálogo constante entre os seres. O reconhecimento dessas práticas como filosofia representa um movimento de descolonização epistemológica que amplia os horizontes da própria filosofia enquanto campo do saber.

Compreender a etnofilosofia ameríndia implica reconhecer que a filosofia, enquanto exercício de pensamento, não pertence a uma única tradição cultural. Os povos originários constroem suas filosofias por meio da oralidade, das danças, dos rituais e dos

¹ Mestranda do Curso de Filosofia (PROF-FILO) da Universidade Federal do Cariri – UFCA, mariliamlimas@hotmail.com;

² Coordenadora na EMTI. Maria Leal Teixeira, professora de Inglês, Mestranda pelo Centro Universitário, soniaacopiara@gmail.com;



grafismos, em uma linguagem que une o sensível e o espiritual. Essa integração entre corpo, território e espírito revela uma concepção de mundo em que tudo está interligado — uma ontologia relacional que contrasta com o dualismo cartesiano que marcou a filosofia moderna.

No contexto educacional, discutir etnofilosofia ameríndia é também um ato político e pedagógico. O ensino de Filosofia no Ensino Médio, orientado pela Lei 11.645/08, ganha potência quando abre espaço para epistemologias não ocidentais, permitindo que os estudantes reconheçam a pluralidade de saberes que compõem o Brasil. Assim, mais do que transmitir conceitos, trata-se de criar condições para o diálogo intercultural e o reconhecimento das ancestralidades.

Na Escola Estadual de Educação Profissional Alfredo Nunes de Melo, em Acopiara-CE, o estudo da etnofilosofia ameríndia torna-se uma oportunidade de reconexão com as raízes locais e com a história dos povos que habitaram o território, como os Quixelôs. A inserção dessas narrativas no currículo filosófico rompe com a lógica excludente da modernidade e valoriza a diversidade ontológica que constitui o país.

Portanto, esta pesquisa busca compreender como as leituras de mundo e as práticas filosóficas dos povos indígenas podem contribuir para uma educação mais sensível à diversidade e mais comprometida com a equidade racial, ressignificando o papel da Filosofia como espaço de encontro entre diferentes modos de existir e de saber.

A introdução deverá conter resumo teórico sobre o tema, apresentação da pesquisa, justificativa implícita, objetivos, síntese metodológica e resumo das discussões e resultados da pesquisa, além de apresentar uma síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, conforme VIDICH, A. e LYMAN, S. (2006), com base em autores indígenas e estudiosos das epistemologias ameríndias. Essa metodologia visa compreender o pensamento indígena não apenas como objeto de estudo, mas como sujeito de conhecimento. Foram analisadas obras de Krenak (2019), Kopenawa e Albert (2015), Kaká Werá (2020), Viveiros de Castro (2005), buscando identificar como suas reflexões articulam filosofia, ancestralidade e educação.



O caráter exploratório da pesquisa se justifica pelo desejo de contribuir para o campo emergente da etnofilosofia, ainda pouco presente nas práticas pedagógicas das escolas brasileiras. Mais do que descrever conceitos, o trabalho pretende suscitar novas formas de pensar o ensino de Filosofia em diálogo com as cosmologias indígenas.

Além da revisão teórica, a pesquisa propõe uma análise contextual da Escola Estadual de Educação Profissional Alfredo Nunes de Melo, em Acopiara-CE. Esse recorte territorial possibilita compreender como as políticas públicas e a Lei 11.645/08 podem se materializar em práticas concretas de valorização da cultura indígena.

A metodologia também considera o diálogo com educadores e estudantes como parte do processo filosófico. Embora não tenha caráter empírico-formal, o trabalho sugere práticas participativas, como rodas de conversa e produção coletiva de narrativas, que valorizem o aprendizado intercultural e a escuta sensível.

Por fim, a abordagem metodológica se orienta por um princípio ético-político: o reconhecimento dos povos indígenas como produtores de conhecimento. Essa escolha metodológica é, portanto, uma postura decolonial que busca romper com o olhar exotizante e abrir espaço para o diálogo de saberes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A etnofilosofia, termo cunhado no contexto africano e expandido para outras tradições não ocidentais, refere-se ao conjunto de pensamentos, crenças e valores que compõem a visão de mundo de um povo. No caso ameríndio, esse campo filosófico manifesta-se na relação direta com a natureza e com o cosmos. Segundo Krenak (2019),

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem – , fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: A Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. **Tudo é natureza.** O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2019, p. 16-17).

Para o autor, a natureza é um parente com consciência; assim, a filosofia indígena é uma leitura de mundo que nasce do chão que pisamos e do rio que nos atravessa, o que evidencia uma profunda integração entre o pensamento e a experiência vivida.

Viveiros de Castro (2005) interpreta o perspectivismo ameríndio como uma ontologia relacional em que todos os seres — humanos, animais e espíritos — partilham de uma condição comum de pessoa. Essa visão rompe com a dicotomia natureza-cultura e propõe



uma cosmologia baseada na reciprocidade e na alteridade. Assim, o pensamento indígena é filosófico não por imitar o modelo grego, mas porque formula respostas complexas às questões do ser, da vida e da morte. Nesse sentido, o autor esclarece que:

“o perspectivismo não é um relativismo, mas um multinaturalismo. O relativismo cultural, um multiculturalismo, supõe uma diversidade de representações subjetivas e parciais, incidentes sobre uma natureza externa, una e total, indiferente à representação; os ameríndios propõem o oposto: uma unidade representativa aplicada indiferentemente sobre uma diversidade real. Uma só cultura, múltiplas naturezas; epistemologia constante, ontologia variável — o perspectivismo é um multinaturalismo, pois uma perspectiva não é uma representação” (VIVEIROS DE CASTRO, 2005, p. 130).

Essa formulação amplia a compreensão da noção de “pessoa” entre os povos ameríndios, ao evidenciar que o olhar e o ponto de vista de cada ser não derivam de diferentes culturas interpretando uma mesma natureza, mas de diferentes naturezas experienciando uma mesma condição de humanidade. O que muda, portanto, não é o pensamento sobre o mundo, mas o próprio modo de ser-no-mundo.

Kaká Werá Jecupé (2020) aprofunda essa concepção ao afirmar que o “bem viver” indígena constitui uma filosofia prática orientada pelo equilíbrio e pelo respeito aos ciclos naturais. Para ele, o conhecimento não é algo que se acumula, mas que se vivencia em comunhão. Essa dimensão experiencial do saber se opõe ao racionalismo abstrato e introduz a afetividade e o pertencimento como dimensões constitutivas da filosofia. Em sintonia com essa perspectiva, o autor explica que “o índio surgiu desses ancestrais sagrados — sol, lua, arco-íris, terra, água, fogo e ar. Dos reinos vegetal, animal, mineral. O ser índio foi se amalgamando com esses seres sagrados. E dessa diversidade emergiam tribos, povos, línguas. Essas tribos, tão antigas, guardam a história de suas civilizações como um sonho-memória, de um tempo tão remoto que parece até mesmo anteceder a memória do próprio povo” (JECUPÉ, 2020, p. 62). Tal narrativa revela que o “bem viver” é inseparável da consciência de origem e da relação espiritual com a Terra, de onde brota o sentido de equilíbrio e de coletividade que orienta o pensamento indígena.

Por fim, Kopenawa e Albert (2015) reforçam que o pensamento ameríndio é, ao mesmo tempo, ecológico e espiritual, pois nasce da escuta sensível dos seres que habitam a floresta. Para o xamã yanomami, pensar é escutar os espíritos e aprender com tudo o que está vivo. É nesse sentido que “seguram o céu com seus cantos” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 52), expressão que traduz a responsabilidade cósmica de manter o equilíbrio entre os mundos humano, espiritual e natural. Tal perspectiva amplia o próprio conceito de filosofia, ao compreender o conhecimento como uma rede de relações entre



seres, elementos e forças da vida — e nos convida a pensar o mundo não apenas com a razão, mas também com o sentir e o respeito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que o ensino de Filosofia pode ser profundamente enriquecido quando incorpora as epistemologias ameríndias. A leitura de autores indígenas provoca deslocamentos epistemológicos, estimulando os estudantes a refletirem sobre a pluralidade de modos de existir e de pensar. Ao vivenciarem essas perspectivas, percebem que a filosofia não é apenas uma disciplina teórica, mas uma prática de vida.

As experiências pedagógicas inspiradas na etnofilosofia ameríndia demonstram que o conhecimento pode emergir de diferentes linguagens — do canto, do corpo, da arte e da natureza. Ao desenvolver atividades que envolvem grafismos, narrativas míticas e rituais simbólicos, os estudantes compreendem que pensar é também sentir, criar e pertencer.

Além disso, a abordagem promove o diálogo intercultural, permitindo que os saberes tradicionais coexistam com os saberes científicos. Essa convivência rompe com a hierarquia entre culturas e estabelece relações horizontais de aprendizagem. No contexto da escola cearense, essas experiências contribuem para o fortalecimento da identidade cultural dos jovens e para o reconhecimento das histórias locais.

Os debates realizados em sala também revelam a importância de reconhecer os povos indígenas como filósofos e não apenas como sujeitos culturais. Essa reconfiguração do lugar da filosofia amplia o campo da investigação e valoriza a diversidade epistemológica presente no Brasil.

Portanto, os resultados apontam que a etnofilosofia ameríndia não é apenas um tema de estudo, mas uma forma de transformar a educação em espaço de resistência, diálogo e espiritualidade, contribuindo para a construção de uma pedagogia decolonial e antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnofilosofia ameríndia representa uma poderosa ferramenta de reconstrução epistemológica. Ao integrar saberes ancestrais e práticas coletivas ao ensino de Filosofia,



amplia-se o horizonte da reflexão filosófica e promove-se a inclusão de vozes historicamente silenciadas. Essa integração fortalece o compromisso da escola com a diversidade e com o reconhecimento dos saberes não hegemônicos.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho indicam que as cosmologias indígenas não apenas oferecem alternativas éticas e espirituais, mas também metodologias pedagógicas baseadas na escuta e no pertencimento. A filosofia, nesse sentido, deixa de ser mera abstração e se torna um modo de vida em comunhão com o mundo.

O ensino de Filosofia, ao dialogar com a etnofilosofia ameríndia, contribui para o surgimento de uma educação contracolonial, comprometida com o respeito, a solidariedade e o equilíbrio. Reconhecer os povos indígenas como filósofos é também reconhecer que a filosofia é plural, viva e enraizada nos territórios.

Em termos práticos, a adoção dessas perspectivas nas escolas demanda políticas educacionais que valorizem a formação docente intercultural e a produção de materiais didáticos sensíveis às especificidades de cada território. Somente assim a Lei 11.645/08 poderá cumprir seu papel de transformação.

Conclui-se, portanto, que a etnofilosofia ameríndia é mais do que um conteúdo: é uma prática de escuta, de encantamento e de reconstrução do humano. Ela nos convida a repensar o que significa filosofar — não apenas com a mente, mas com o corpo, com o território e com a ancestralidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007/2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 06 setembro 2025.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra de mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. São Paulo: Petrópolis, 2º ed. – 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** / Ailton Krenak. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOPENAWA, Albert, Bruce, Davi. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*. Ciência e Ambiente, n. 24, p. 123-132, 2002. Disponível em: <https://cienciaeambiente.com.br/shared-files/2205/?123-132.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

